



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA 20/2024 DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Aos 8 dias de maio de 2024, às 15 horas, no plenário da Câmara Municipal, os vereadores da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, Gilson Fazolla Filgueiras (Presidente), José Carlos Reis Pereira (Vice-presidente) e José Maria Fernandes (Membro), receberam representantes das entidades Sociedade Beneficente Anália Franco, Grapac, Associação Ubaense de Saúde Mental – Grupo Andorinhas, Mãe Divina Misericórdia e Dejub e representantes do Poder Executivo, Ricardo Antônio do Nascimento, Secretário Municipal de Saúde, Kleber Peppe, Secretário Municipal de Finanças, e Rafael Campos Gazolla, Gerente de Planejamento, Normatização e Instrumentos de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde, para discutir sobre “remanejamento das Emendas Parlamentares Individuais para o ano de 2024, em especial para as entidades da área da saúde”, assunto do requerimento dos vereadores Gilson e José Carlos.

Também compôs a Mesa o vereador Célio Lopes dos Santos e a Procuradora Geral da Casa, Juliana Jacob.

Presidida pelo vereador Gilson, explicou que a reunião é sobre o remanejamento das emendas parlamentares individuais dos vereadores que tiveram impedimento técnico na destinação às entidades da saúde. Anteriormente, as entidades estavam na pasta da Saúde, cumprindo os 50% obrigatórios à saúde, e foram remanejadas para a de Governo.

Dra. Juliana questionou se haveria algum impacto na destinação dos 50% para a saúde, com a mudança de pasta das entidades e, se não impactou, por que houve o impedimento técnico impedindo-as de receber, dizendo que não atenderam ao chamamento público.

Kleber explicou que o Executivo tem 120 dias, após publicação da LOA, para apresentar ao Legislativo quais os impedimentos técnicos das emendas impositivas. E o Legislativo tem 30 dias para realizar o remanejamento das emendas. Disse que as passíveis de serem executadas, já estão sendo. Os impedimentos apresentados podem ser remanejados, dentro da saúde, porque precisam cumprir os 50% da destinação a saúde, ou o impedimento pode ser superado, caso o vereador consiga resolver o problema indicado.

Ricardo disse que existe uma recomendação do Ministério Público, de fevereiro deste ano, apresentada pelo promotor Rodrigo, orientando que não seja concedido o pagamento das subvenções sociais e emendas impositivas a entidades que não tenham Cnes em saúde (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde) e alvará sanitário, pois, se não prestam serviço de saúde, não devem receber recursos público de saúde. Pediu uma forma mais transparente no repasse dos valores. Então, no mês de março, a Secretaria de Saúde fez um chamamento público solicitando alguns documentos às entidades, que provariam ter condições de receber.

Sobre a mudança de pasta, explicou que se aplicou às entidades plurissetoriais, que não prestam serviços somente à saúde. Disse que as emendas impositivas somente serão pagas àquelas que cumprirem o chamamento público, ou seja, estiverem com a documentação exigida correta. Acrescentou que os vereadores têm o prazo até dia 24 de maio para fazer o remanejamento.

Jardel, representando o Grupo Andorinhas, disse que gostaria de ter acesso a essa recomendação escrita pelo dr. Rodrigo. Disse que acha estranho a exigência do Cnes, sendo que no



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

modelo do Plano de Trabalho fornecido pela Prefeitura não consta como obrigatório e trata-se de um documento complexo, que pode vir a fazer que as entidades desistam do serviço social que prestam a sociedade. Sugeriu o envio de um convite ao dr. Rodrigo para explicar suas motivações na expedição da recomendação, pois as emendas existem há 5 anos, por que agora se tornaram pauta.

O vereador Gilson gostaria de saber por que mudou da pasta da Saúde para a de Governo e se as entidades receberão as subvenções.

O secretário de saúde respondeu que o município aumentou o repasse da subvenção de algumas entidades, prevendo que poderiam não receber o previsto nas emendas impositivas.

A Procuradora da Casa disse que gostaria de ver a ata da reunião Ministerial com o Município e a recomendação para conhecimento, que permitiria ajudar as entidades, e que é importante a regulamentação do trabalho. Assim como Jardel, acha importante a presença do promotor para explicar o motivo da recomendação.

Kleber precisou se ausentar da reunião, por compromisso anteriormente firmado.

O representante do Dejub (Desafio Jovem de Ubá) disse que a burocracia que vem surgindo ao longo do tempo está atrapalhando o desenvolvimento dos trabalhos sociais. Comentou que seria agradável a visita do promotor às entidades, para conhecer seus serviços. Disse que sempre prestaram conta dos recursos que receberam e as contas sempre foram aprovadas. Entende que precisam se adequar, mas está sendo cobrado, repentinamente.

Jardel disse que para regularizar o Cnes, é necessário ter um médico, o que geraria um custo alto a entidades que sobrevivem de doações ou custeio público, portanto, seria inviável para muitas. Citou que o Grupo Andorinha não recebeu subvenção do município.

O vereador José Carlos perguntou em qual pasta é colocada a verba enviada pelos deputados às entidades. E disse que gostaria de ouvir o promotor.

Dra. Juliana perguntou se com a mudança de pasta o recurso não poderia ser usado na saúde. Aproveitou e explicou para o vereador Gilson que com a mudança de pasta, os 50% obrigatórios destinados a saúde não sofrerão impacto, a entidade somente deixará de receber, se não regularizar as documentações exigidas.

Rafael explicou que para ter o Cnes exige-se um responsável técnico na área da saúde, de acordo com o trabalho desenvolvido na entidade, que não precisa ser obrigatoriamente, um médico.

Ricardo fez a leitura da notificação encaminhada pelo Ministério público ao Executivo, ordenando que o pagamento realizado pelo Município, por meio de convênio, a determinada entidade, fosse cessado, por interdição parcial do funcionamento dela.

Disse que se reuniu com algumas entidades para ajudá-los a encontrar soluções.

Sugeriu aos vereadores o envio de uma recomendação ao Município, um decreto municipal, visando a regulamentação de pagamento das emendas, regras para concessão pela Câmara, orientando os futuros administradores da cidade e, oportunamente, corrigindo os problemas hoje enfrentados.

Ricardo explicou que a utilização do recurso, se custeio ou investimento, destinado a entidade, seja por emenda parlamentar ou por subvenção, será definido pela entidade, no plano de



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

trabalho. Explicou que algumas entidades são multiprofissionais, por isso foram alteradas para Secretaria de Governo, mas continuará a receber verbas do mesmo jeito.

Dra. Juliana comentou que estava fazendo confusão sobre a exigência do Cnai e do Cnes. Aquele é exigido na licitação e este quando se tratar de ambiente hospitalar e, também, nos chamamentos públicos, acrescentou Ricardo.

A representante do Grapac questionou se a nutricionista poderia ser o profissional técnico deles, porque trabalham com suplementos produzidos por este profissional. Ricardo pediu que procurasse a servidora Aline Dias, na Secretaria de Saúde, para se orientar corretamente.

Explicou que a Andorinhas não receberá subvenção esse ano, porque ano passado não recebeu.

O vereador José Carlos disse que é necessário pensar numa forma de ajudar as entidades nos registros de suas atas nos cartórios, que cobram uma taxa muito alta de entidade filantrópica.

O representante do Lactário Anália Franco disse que, no caso deles, falta o alvará sanitário para se regularizarem, então, estão realizando as obras necessárias, mas existe a dificuldade financeira. Disse que procurou a Secretaria de Saúde, que os está orientando nas adequações.

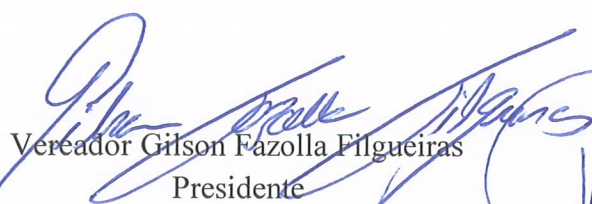
O vereador Gilson perguntou ao Secretário de Saúde se as entidades podem receber verba de deputado.

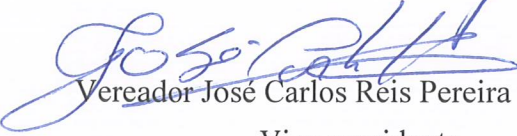
Ricardo respondeu que em ano eleitoral somente o município pode receber e acrescentou que neste ano o município de Ubá já atingiu o teto de repasse federal – teto MAC. O teto PAP, referente a atenção primária do município, ainda tem dinheiro, para custeio.

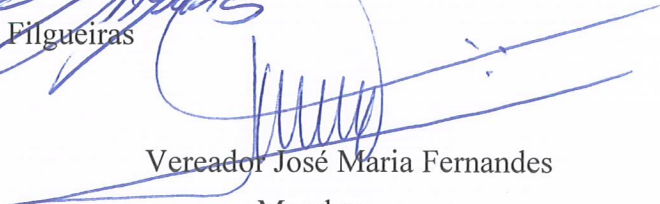
Explicou que as entidades, por causa das exigências documentais e da mudança de pasta daquelas que são multifinalitárias, não irão receber as emendas, por isso, a Secretaria de Saúde fez um remanejamento e colocou dinheiro próprio no projeto das subvenções, aumentando o repasse de acordo com os valores das emendas dos vereadores, que foi aprovado recentemente na Câmara. Por isso, pediu aos vereadores que tiveram impedimento técnico nas suas emendas que remanejam o dinheiro para Secretaria de Saúde. Disse, inclusive, que os podem direcionar as emendas para Secretaria e informar a destinação que gostariam, que ele cumprirá a solicitação e encaminhará o demonstrativo, posteriormente.

O vereador José Carlos pediu ao Secretário para divulgar os feitos da Prefeitura, como tem gasto os valores autorizados nas aberturas de crédito aprovadas na Casa.

Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião às 17h15min, agradecendo a presença de todos.


Vereador Gilson Fazolla Filgueiras
Presidente


Vereador José Carlos Reis Pereira
Vice-presidente


Vereador José Maria Fernandes
Membro

Ata 20 CFOTC. Página 3 de 3